

Max Weber e o papel do carisma e da burocracia no Estado moderno.

Recebido em: 25/06/2025.

Aceito para publicação em: 24/11/2025.

Michael Bomm¹

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2025.v17i1.20382>

Resumo

Este artigo busca analisar o conceito de carisma e o papel que ele desempenha no Estado moderno na obra de Max Weber. Inicialmente, observa-se o contexto histórico da Alemanha, considerada “retardatária” tanto em relação à sua consolidação como Estado-nação quanto ao desenvolvimento das forças econômicas capitalistas, em uma transição marcada por um caráter autoritário-conservador, denominado via prussiana. Retomam-se temas centrais, como racionalização, burocratização e industrialização, que, segundo o autor, “caracterizam nossa época e o futuro previsível” e impactam particularmente a formação do Estado moderno. Apresentam-se, assim, as principais linhas de raciocínio de Weber sobre a democracia moderna, os Parlamentos, a formação de lideranças e o sufrágio universal. Por fim, discute-se o conceito de democracia plebiscitária, considerado por Weber como uma alternativa aos limites impostos pela crescente burocratização do Estado moderno.

Palavras-chave: Max Weber; Estado Moderno; Burocracia; Carisma.

Abstract

Max Weber and the role of charisma and bureaucracy in the modern State.

This article aims to analyze the concept of charisma and the role it plays in the modern state in Max Weber’s work. It begins by examining the historical context of Germany, considered “backward” both in terms of its consolidation as a nation-state and in relation to the development of capitalist economic forces, during a transition marked by an authoritarian-conservative character, known as the Prussian path. Central themes such as rationalization, bureaucratization, and industrialization are revisited, which, according to Weber, “characterize our era and the foreseeable future” and particularly impact the formation of the modern state. The main lines of Weber’s reasoning regarding modern democracy, parliaments, the formation of leadership, and universal suffrage are then presented. Finally, the concept of plebiscitary democracy is discussed, considered by Weber as an alternative to the limitations imposed by the progressive bureaucratization of the modern state.

Keywords: Max Weber; Modern State; Bureaucracy; Charisma.

¹ Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Letras / CAr (2001) e mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Letras / CAr (2006). Atualmente é professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Fundamentos da Sociologia, e de Educação Especial, com ênfase em Altas Habilidades/ Superdotação. Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-7066-8933>

Resumen

Max Weber y el papel del carisma y la burocracia en el estado moderno.

Este artículo busca analizar el concepto de carisma y el papel que desempeña en el Estado moderno en la obra de Max Weber. Comienza examinando el contexto histórico de Alemania, considerada “atrasada” tanto en cuanto a su consolidación como Estado-nación, como respecto al desarrollo de las fuerzas económicas capitalistas, en una transición marcada por un carácter autoritario-conservador, conocido como la vía prusiana. Se retoman temas centrales, como la racionalización, la burocratización y la industrialización, que, según el autor, “caracterizan nuestra época y el futuro previsible” y afectan particularmente la formación del Estado moderno. A continuación, se presentan las principales líneas de razonamiento de Weber sobre la democracia moderna, los parlamentos, la formación de liderazgos y el sufragio universal. Finalmente, se analiza el concepto de democracia plebiscitaria, considerado por Weber como una alternativa a los límites impuestos por la progresiva burocratización del Estado moderno.

Palabras clave: Max Weber; Estado Moderno; Burocracia; Carisma

INTRODUÇÃO: CARISMA, BUROCRACIA E O PROBLEMA DA DOMINAÇÃO MODERNA.

Weber (2000, p. 57) define o Estado moderno como “uma relação de dominação do homem sobre o homem, fundada no instrumento da violência legítima (isto é, da violência considerada como legítima)”. A política, nesse contexto, corresponde ao “conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder” (Weber, 2000, p. 56). Embora a participação nesse processo – especialmente no Estado moderno – seja teoricamente livre, apenas alguns indivíduos se destacam na luta pelo poder, dada a complexidade e a competitividade inerentes ao campo político.

Entre as diferentes fontes de legitimidade analisadas por Weber, ou seja, as “razões internas que justificam a dominação”, este estudo concentra-se na carismática, que pressupõe que a obediência decorre de uma convicção íntima do dominado em relação às qualidades do líder. No contexto dos Estados ocidentais, essa figura carismática corresponde frequentemente ao “demagogo”.

Para compreender o conceito de carisma e seu papel no Estado moderno, torna-se necessário revisitar algumas das preocupações centrais de Weber. Suas reflexões políticas forneceram tanto subsídios teóricos – como a formulação da democracia plebiscitária – quanto históricos, notadamente a análise da burocratização do Parlamento e do desenvolvimento capitalista tardio na Alemanha. Nessa perspectiva, Weber identifica na democracia plebiscitária uma possível forma de contornar o avanço do burocratismo não apenas nos Parlamentos, mas em toda a vida política moderna.

Segundo Giddens (1998, p. 51), “a influência do ‘modelo alemão’ sobre o pensamento de Weber foi profunda”. Seus estudos sobre o capitalismo podem ser compreendidos, em grande medida, “como decorrência da preocupação com as características dos problemas específicos relativos à sociedade alemã nas primeiras fases de seu desenvolvimento industrial” (Giddens, 1998, p. 41), que ocorreu de forma tardia, no final do século XIX. Como a aristocracia rural e militarizada – conhecida como nobreza junker – constituiu a principal força de unificação da Alemanha, os conflitos decorrentes da tensão entre elementos modernos e feudais foram particularmente intensos. A ascensão da burguesia, enquanto classe portadora do futuro político da nação, enfrentou obstáculos significativos.

Em Parlamento e Governo na Alemanha Reordenada (Weber, 1993), o autor explora essas preocupações, caracterizando o contexto político moderno – eleições, sufrágio e democracia representativa – e discutindo o desafio da formação de lideranças políticas capazes de superar o burocratismo parlamentar herdado de Bismarck. Burocracia e liderança, portanto, constituem dois

pólos centrais na análise de Weber sobre a política parlamentar moderna.

1. A VIA PRUSSIANA E A GÊNESE AUTORITÁRIA DO ESTADO ALEMÃO

A constituição da Alemanha como Estado-nação, assim como seu desenvolvimento econômico tardio em relação a outros países da Europa Ocidental, confere ao caso alemão uma certa “singularidade”. Enquanto outras sociedades ocidentais consolidaram-se como nações no início da época moderna, delimitando unidades territoriais em função do desenvolvimento do mercado interno e instaurando novas relações sociais em oposição à “dispersão feudal”, a Alemanha seguiu, nesse período de transição, “outro caminho, o caminho contrário” (Lukács, 1976, p. 29).

Esse “caminho contrário”, nas palavras de Walquíria Leão Rêgo (1996, p. 110), implicou, além do atraso na chegada ao capitalismo, “soluções políticas e compromissos de classe de caráter autoritário-conservador”. Resultou de uma aliança entre a nobreza e a burguesia, que “consistiu substancialmente num acordo pelo qual a nobreza ocupava os mais altos postos da burocracia e a pequena-burguesia os últimos, fundando assim a dinâmica política moderna do país”. De forma sintética, a via prussiana pode ser caracterizada como um “modo clássico de transição autoritária, não-democrática, para a sociedade moderna [...] [que] remete necessariamente a arranjos políticos realizados pelo alto, excluindo obrigatoriamente as principais bandeiras democráticas de que se fizeram portadores os setores populares” (Rêgo, 1996, p. 104-105).

Na história alemã, os movimentos camponeses e operários – ainda muito incipientes – foram, em geral, duramente reprimidos em favor dos interesses dos grandes proprietários rurais. Engels (1977, p. 14-15), ao estudar as guerras camponesas da Alemanha do século XVI, nos primórdios da Reforma Protestante, demonstra que tais movimentos constituíam “lutas defensivas” dos camponeses por sua situação social e econômica. Ao mesmo tempo, representavam “conflitos mais ou menos prematuros em descoberta das futuras revoluções democrático-burguesas” (Lukács, 1976, p. 31). A repressão prolongou fortes tendências medievais na Alemanha, tornando a nascente burguesia e a pequena burguesia economicamente dependentes das cortes “muito mais que em qualquer outro país da Europa Ocidental” (Lukács, 1976, p. 33). Enquanto a resolução da questão agrária por meio do parcelamento da propriedade fundiária foi crucial para a transição democrática ao capitalismo na França e nos Estados Unidos, a “ausência destes conteúdos sociais e políticos no processo histórico de transição ao capitalismo” na Alemanha constituiu “uma grave ameaça à constituição de um caminho mais popular e democrático” (Rêgo, 1996, p. 109).

O isolamento regional, a forte marca feudal, a repressão aos movimentos camponeses, a estrutura agrária aristocrática e o desenvolvimento capitalista atrasado explicam, em parte, a ausência de uma “tradição viril do liberalismo de classe média” na Alemanha, em contraste com outros países da Europa Ocidental. No entanto, como observa Ringer (2000, p. 30), esse tipo de comparação trata os desenvolvimentos ingleses como norma, ignorando que o contexto da industrialização na Inglaterra, comparado às experiências subsequentes de outros países, dificilmente constitui um modelo universal.

Dizer que o modelo alemão é “contrário” ao inglês implica assumir este último como padrão, mas não explica as forças que permitiram à Alemanha se tornar, já no século XX, uma das maiores potências mundiais. Segundo Rêgo (1996, p. 104), os arranjos que configuram a via prussiana ocorreram em nível nacional, de modo que cada processo de formação dos Estados (*statebuilding*) e das nações (*nationbuilding*) modernos apresenta características próprias, resultando em “pactos políticos difíceis e complexos, decorrentes de longas e duras lutas sociais”.

2. A BUROCRACIA E O SABER TÉCNICO: O PAPEL POLÍTICO DOS MANDARINS ALEMÃES

O compromisso de classe entre burguesia e aristocracia na Alemanha foi revestido pela burocratização, que se configurou, “como em todos os países da Europa, em uma forma transitória de liquidação do feudalismo, da luta da burguesia pelo poder do Estado” (Lukács, 1976, p. 34). O desenvolvimento da burocracia alemã resultou da combinação entre “elementos aristocráticos” – feudais e localistas – e “métodos racionais na construção e gestão da esfera pública estatal”, articulados por uma “elite mandarim” – expressão de Fritz Ringer – “extremamente permeável à modernidade de métodos administrativos e aos valores espirituais da Ilustração” (Rêgo, 1996, p. 113-114). Esse compromisso de classe permitiu à burguesia alemã superar seu relativo isolamento em relação às correntes progressistas ocidentais, estabelecendo contato com a Ilustração inglesa e francesa, que assimilou e, em certos aspectos, desenvolveu autonomamente (Lukács, 1976, p. 34).

Ringer observa que os mandarins buscaram construir uma ideologia que justificasse sua posição na estrutura social alemã. Desvinculados da burguesia, criticaram o utilitarismo inglês e a ciência intimamente ligada à economia, resgatando ideais greco-romanos e privilegiando o “belo” sobre o “útil” em uma matriz platônica. Condenaram os princípios civilizatórios franceses, que consideravam a “civilização” produto da formação racional e técnica do homem, em contraposição à “cultura”, de significado mais profundo, voltada à contemplação e à formação da personalidade individual – daí a valorização da empatia e da individualidade. Como burocratas especializados, criaram um direito público altamente abstrato, substituindo a base despótica do poder monárquico por uma constitucional que somente eles podiam interpretar. Por seu saber “puro”, hostilizaram tanto o senso prático burguês quanto o tradicionalismo aristocrático, consolidando seu status social.

Os mandarins, assim, distantes da pequena burguesia e de uma “casta feudal relativamente inculta, desenvolveram uma fé intensa no poder espiritualmente enobrecedor da palavra” (Ringer, 2000, p. 34). O diploma e o conhecimento especializado proporcionavam segurança em um ambiente que não favorecia o desenvolvimento econômico privado ao estilo do *self-made man* inglês ou americano (Ringer, 2000, p. 47). Ademais, a unificação tardia sem um Estado centralizado permitiu o surgimento de tradições cameralistas nas cidades, com instituições representativas relativamente modernas (Rêgo, 1996, p. 112). Assim, algumas áreas sociais se modernizaram regionalmente, e o setor burocrático-estatal funcionou como “um eficiente canal de mobilidade de classe” (Rêgo, 1996, p. 114).

Como descreve Ringer (2000, p. 30), qualquer indivíduo que quisesse ascender socialmente na Alemanha do século XVIII, sem ser nobre, começava adquirindo a maior instrução possível, ingressava no serviço público, no clero, no professorado, em setores da medicina ou do direito, geralmente em posições subordinadas, e encorajava os filhos a seguir o mesmo caminho. Dessa forma, universidades e escolas públicas contribuíram para a formação de uma classe média não-econômica, centrada nas instituições educacionais e no serviço público, estabelecendo uma nova elite ao lado da nobreza tradicional.

Esses especialistas, uma elite do funcionalismo público, tornaram “tanto o direito público quanto o privado tão regulares, previsíveis e racionais quanto possível”. No direito privado, a codificação proporcionava ao burguês mínima segurança; na esfera pública, regras fixas de procedimento reforçavam a posição dos funcionários como agentes e intérpretes especializados de um sistema organizado (Ringer, 2000, p. 32).

A partir do século XIX, a liderança dos mandarins passou a ser mais ameaçada pelas camadas inferiores que pelas superiores, reforçando o caráter defensivo e conservador de sua filosofia (Ringer, 2000, p. 126). Apesar de distantes da aristocracia agrária e sem afinidade com os objetivos burgueses ou operários, os mandarins valorizavam mais as garantias constitucionais e legais dos direitos civis que ideias democráticas ou o direito de voto, preferindo um “governo legal” à ideia de “governo pela aprovação dos governados” (Ringer, 2000, p. 128).

Mesmo liberais no início do século XIX, o zelo dos mandarins por reformas sociais e políticas era limitado; as experiências de 1848-1849, marcadas por pressões populares, apenas reforçaram sua postura defensiva. A elite acadêmica, assim, assumiu um papel vagamente conservador e oficial (Ringer, 2000, p. 128). Weber denominou essa elite de “aristocracia da educação” (1963, p. 422), que via o desenvolvimento capitalista com ceticismo, preferindo a estabilidade e a cultura herdada à cooperação com o capitalismo emergente.

Segundo Rêgo (1996, p. 115), a burocracia prussiana, detentora do saber técnico e do poder político, “atravessou incólume a tempestade de 1848 e todo o processo de *statebuilding* alemão, reafirmando seu papel de ator político decisivo na história moderna e contemporânea da Alemanha”. O Estado resultante era protecionista e intervencionista, consolidando-se em contraposição ao socialismo, e demonstrando a clássica “revolução pelo alto”, em que setores populares foram derrotados pela elite burocrática (Rêgo, 1996, p. 115-120).

Apesar do conservadorismo, nem mesmo os resquícios feudais impediram o desenvolvimento espontâneo do capitalismo. A Prússia e os demais pequenos Estados alemães intervieram ativamente em apoio à economia capitalista. Durante as revoluções de 1848, a burguesia alemã, ao se aliar à nobreza, manteve seus objetivos econômicos sem conquistar hegemonia política (Lukács, 1976, pp. 38-42).

A unificação alemã promovida por Bismarck, ao contrário do bonapartismo francês, representou progresso ao atender às exigências econômicas da burguesia e abrir perspectivas ao desenvolvimento das forças produtivas (Lukács, 1976, p. 45; Giddens, 1998, p. 28). No entanto, a “prussianização” do país manteve intacta a burocracia nobre e assegurou a hegemonia política dos junkers, restringindo reformas agrárias e concentrando poder (Lukács, 1976, pp. 44-45).

Weber observa que a monarquia prussiana se apoiou politicamente nos Junkers, deslocando posteriormente a inteligência política para as cidades, à medida que o caráter social da antiga nobreza fundiária desaparecia (Weber, 2002, p. 74). A dominação política, vinculada à riqueza emergente, ainda não permitiu que a burguesia assumisse plenamente o comando político, como Weber aponta:

quando eu me pergunto se a burguesia alemã está madura para ser a classe politicamente dirigente da nação, então não tenho como responder hoje pela afirmativa. O Estado alemão não foi criado pela força da própria burguesia e, quando ele foi forjado, estava à frente da nação aquela figura majestosa talhada em madeira diferente da burguesa [Bismarck]. (Weber, 2002, pp. 74-75)

O problema da revolução democrática, antes mesmo da unificação, já se colocava pelo movimento operário, que defendia o sufrágio universal. Mesmo nesse modelo democrático, o “povo soberano” apenas referendava ditaduras personalistas (Lukács, 1976, p. 52). Críticas ao limite da democracia burguesa, muitas vezes romantizadas ou reacionárias, tornaram-se obstáculos à sua consolidação. Weber, apesar de defensor crescente da democratização, via a democracia apenas como um “mal menor” diante dessa realidade (Lukács, 1976, p. 56).

3. RACIONALIZAÇÃO E BUROCRATIZAÇÃO: OS LIMITES DA MODERNIDADE POLÍTICA

No início do século XX, apesar do caráter elitista e antidemocrático da *intelligentsia* alemã – especialmente em relação ao movimento social-democrata – já havia intelectuais, como Max Weber, que reconheciam a democratização e a industrialização como processos irreversíveis, ao menos em grande parte.

Foram suficientemente realistas para suspeitar que ao menos alguns aspectos desagradáveis da civilização moderna estavam tão intimamente ligados às necessidades e mesmo às vantagens da mudança socioeconômica que uma condenação indiscriminada era ao mesmo tempo irresponsável e inútil. (Ringer, 2000, pp. 130-131)

A crescente visibilidade das desigualdades econômicas entre as classes tornava cada vez mais difícil sustentar que os ideais não-econômicos dos mandarins fossem objetivos de toda política social universalmente aceitos. Nenhum conjunto isolado de programas ou metas poderia, de fato, satisfazer simultaneamente latifundiários, empresários e trabalhadores. O conflito entre partidos de massa indicava que as decisões políticas finais precisariam ser tomadas na arena eleitoral (Ringer, 2000, p. 150).

Weber reconheceu a burocratização como um processo universal das sociedades ocidentais modernas, marcando sua singularidade histórica e ocorrendo paralelamente à industrialização. Para ele, burocratização e industrialização “caracterizam nossa época e o futuro previsível” (Weber, 1993, p. 51). O próprio desenvolvimento do Estado “regido e administrado segundo um direito burocrático e racional” está historicamente “intimamente ligado ao moderno desenvolvimento capitalista” (Weber, 1993, p. 43). Na Alemanha, a burocratização se evidenciava ainda mais pelo fato de o Parlamento não representar uma instância decisória efetiva; suas sessões se limitavam ao debate, tornando-se “simplesmente um órgão decorativo tolerado a contragosto pela burocracia reinante” (Weber, 1993, p. 39).

A inépcia parlamentar alemã é, em grande medida, herança da política de Bismarck, que legou uma nação “sem qualquer formação política [...] acostumada a ver o grande estadista, lá do alto, a cuidar da política em seu lugar” e “habituada a deixar as coisas acontecerem de forma fatalista sob a égide do ‘regime monárquico’” (Weber, 1993, p. 38). A centralização do poder na figura de Bismarck tolheu o surgimento de novas lideranças, deixando o “parlamento sem poder, limitado a fazer oposição por oposição”. Em tal tradição, não havia espaço para o desenvolvimento de “cabeças pensantes e íntegras” (Weber, 1993, p. 38); pelo contrário, Bismarck procurou evitar seu surgimento sempre que possível. A tendência foi a migração das lideranças da esfera política para a iniciativa privada, onde suas capacidades poderiam ser plenamente realizadas.

Nesse cenário, os partidos políticos desempenhavam função burocrática limitada, focada em “angariar votos para seus candidatos em eleições ou em colégios eleitorais” (Weber, 1993, p. 44). Embora a renovação de integrantes fosse essencial à dinâmica partidária – já que os partidos se baseiam na voluntariedade e no recrutamento livre – não era incomum que jovens talentos com potencial de liderança fossem “abafados” pelos figurões locais e dirigentes do partido, como ocorre em todas as corporações. Isso era particularmente natural em um parlamento sem poder, “limitado a fazer oposição por oposição” (Weber, 1993, p. 68).

4. O ESTADO MODERNO E A DOMINAÇÃO RACIONAL-LEGAL

A burocratização do Estado alemão não pode ser explicada exclusivamente pela tradição política de um parlamento débil herdado de Bismarck. Tal particularidade apenas agravou o caso alemão, mas, segundo Weber, a burocratização é um fenômeno muito mais amplo que caracteriza toda a modernidade ocidental. Elementos como “precisão, rapidez, univocidade, conhecimento da documentação, continuidade, descrição, uniformidade, subordinação rigorosa, diminuição de atritos e custos materiais e pessoais” (Weber, 1999b, p. 212) constituem exigências não apenas da economia capitalista moderna, mas também da administração pública e das organizações partidárias. A especialização e a escolaridade profissionalizante tornam o processo de burocratização mais definitivo e inexorável na sociedade capitalista do que em outras épocas e lugares.

Weber (1999b, p. 213) observa que a burocracia desenvolve sua peculiaridade específica, útil ao capitalismo, à medida que se “desumaniza”, eliminando elementos sentimentais, pessoais e irracionais que escapam ao cálculo na execução das tarefas oficiais. Uma das marcas desse processo no Estado moderno foi a substituição de critérios honoríficos ou hereditários para ocupação de cargos públicos por critérios baseados na igualdade de direitos individuais. Assim, com o desenvolvimento do capitalismo e do direito racional, as funções públicas evoluíram de títulos honoríficos e hereditários para profissões especializadas. O aperfeiçoamento do funcionalismo burocrático estatal

pode ser medido por sua “estrutura de carreira, seu provento, sua aposentadoria e pensão, sua promoção, seu treinamento especializado, pela divisão funcional do trabalho, pela atribuição de responsabilidades, seu controle documental e sua estrutura hierárquica” (Weber, 1993, p. 41).

Dessa forma, a especialização e a racionalidade – “inevitáveis progressos do futuro previsível” – tornam-se determinações centrais da vida moderna, às quais o funcionalismo está diretamente ligado. Como Weber afirma,

Todas as burocracias do mundo estão indo por esse caminho. [...] Nos locais onde o funcionário instruído e moderno se instala, o seu poder torna-se realmente indestrutível, porque, então, toda a organização dos serviços mais elementares está condicionada à sua forma de trabalho. (Weber, 1993, p. 53)

No Estado moderno, o poder político não reside nos discursos parlamentares nem exclusivamente nas mãos dos chefes do Executivo. Ele se encontra, inevitavelmente, “no dia-a-dia da máquina administrativa, [...] nas mãos do funcionalismo” (Weber, 1993, p. 41). O mesmo ocorre nos partidos políticos, cuja burocratização e racionalização se refletem nas estratégias de campanha eleitoral e no controle de cargos na máquina estatal. Os processos eleitorais – fonte de legitimidade no Estado moderno – exigem dos partidos um trabalho contínuo e rigoroso para angariar votos, distinto do antigo sistema de partidos honoríficos (Weber, 1993, p. 112).

O núcleo permanente e coeso de qualquer partido político é composto, além de líderes proeminentes, por um aparato burocrático financiado por contribuições dos filiados, patrocinadores e empréstimos privados. Este núcleo define o programa, os procedimentos e os candidatos, ao passo que a participação dos eleitores e dos filiados é, em grande parte, formal. De fato, os eleitores influenciam apenas na medida em que os candidatos e programas devem atender à necessidade de conquistar seus votos (Weber, 1993, p. 45).

Dentro desse núcleo, a importância dos setores burocráticos cresce em relação às lideranças políticas, principalmente na Alemanha da época de Weber:

[...] na administração de organizações de massa – e é isso que importa realmente – os funcionários de carreira de formação especializada formam o cerne da sua estrutura e a disciplina deles é condição absoluta de seu sucesso [...]. Em todas as organizações, as funções significativas são desempenhadas crescentemente por funcionários assalariados em todos os níveis. Todo o restante é, ou está se tornando, cada vez mais, mera aparência. (Weber, 1993, p. 50-51)

Quando as lideranças políticas se tornam “mera aparência” e os funcionários do partido se tornam elementos centrais da tática partidária (Weber, 1993, p. 111), os Parlamentos passam a ser “órgãos representativos de indivíduos governados por meios burocráticos” (Weber, 1993, p. 59). Nesse contexto, as eleições de massa democratizam os meios e formas do embate político, mas também consolidam a burocratização e racionalização partidária, estruturando uma nova prática política pautada na concorrência (Weber, 1993, p. 112).

Paradoxalmente, o político profissional – essencialmente burocrático – não se destaca necessariamente em relação ao demagogo. Mesmo dominando os meios de comunicação e o conhecimento técnico da máquina estatal, a disputa de votos continua a depender da capacidade de mobilização das massas. Para Weber, “toda política, em sua essência, é luta” (1993, p. 117), e a escolha das lideranças depende dessa competição. Assim, o parlamentarismo, como forma de selecionar os mais altos mandatários, é criticado: o líder político moderno deve conquistar a confiança das massas por meios demagógicos, caracterizando formas cesaristas puras de aclamação e evidenciando o predomínio do poder carismático sobre o burocrático e o tradicional (Weber, 1993, p. 118-119).

A crítica ao parlamento e aos políticos, contrapondo-os à competência, eficiência e imparcialidade da burocracia – características do final do século XIX – questiona a viabilidade da democracia. Lukács descreve o “espírito alemão”:

O alemão médio – por mais capaz e inclusive eminente que possa ser em sua especialidade [...] – está acostumado a esperar todas as decisões, inclusive as que decidem sobre sua própria existência, de ‘cima’, das ‘autoridades competentes’ do exército, da política ou da ciência, sem que se lhe ocorra sequer considerar seus próprios pontos de vista como fator chamado a influenciar a vida política e econômica do país. (Lukács, 1976, p. 67)

Essa cultura política, aliada a resquícios feudais e antidemocráticos, deixou o imperialismo alemão “livre de todo controle democrático” (Lukács, 1976, p. 56). Revoluções como a de 1848 ou a República de Weimar não modificaram substancialmente essa marca, resultando em uma “República sem republicanos, uma democracia sem democratas” (Lukács, 1976, p. 60), demonstrando a preferência da intelectualidade alemã por líderes fortes em detrimento do parlamento e da burocracia.

5. A DOMINAÇÃO CARISMÁTICA EM RELAÇÃO À TRADICIONAL E À RACIONAL-LEGAL

Toda formação burocrática, assim como a tradicional, “é uma formação permanente e corresponde, com seu sistema de regras racionais, à satisfação de necessidades constantes e calculáveis com meios normais” (Weber, 1999b, p. 323). A continuidade, o cotidiano, a normalidade e o hábito constituem as formas de dominação desses tipos para atender a necessidades também contínuas e habituais. No entanto, diante de “dificuldades psíquicas, físicas, econômicas, éticas, religiosas e políticas”, que transcendem as “exigências da vida cotidiana” (Weber, 1999b, p. 323), a satisfação dessas necessidades se dá de maneira excepcional, distinta da economia ordenada. Nessas situações, a solução também assume um caráter extraordinário.

Quando os líderes tradicionais deixam de atender às necessidades básicas que sustentam sua dominação, abre-se espaço para uma nova forma de liderança: a carismática. O poder carismático se encarna em indivíduos dotados de “dons físicos e espirituais específicos, considerados sobrenaturais” (Weber, 1999b, p. 323), capazes de enfrentar crises, assumindo responsabilidades consideradas necessárias e exigindo obediência em função dessa finalidade. A legitimidade desse poder repousa na submissão dos seguidores e na crença interna deles, resultante da “entrega fiel ao extraordinário e inaudito, alheia a toda regra e tradição e por isso considerado divino, tal como nasce do desespero e do entusiasmo” (Weber, 1999b, p. 326).

Para Weber, a legitimidade do poder tradicional e do burocrático difere essencialmente: enquanto o tradicional baseia-se na relação pessoal entre dominante e dominado, o burocrático se sustenta na impessoalidade dessa relação. A transformação histórica do poder tradicional em burocrático foi revolucionária e ocorreu

de fora para dentro – como o faz precisamente toda transformação no campo econômico –, primeiro as coisas e as ordens, e depois, a partir dali, os homens, e estes últimos, no sentido de uma modificação de suas condições de adaptação e eventualmente de um aumento de suas possibilidades de adaptação ao mundo circundante, mediante o estabelecimento de fins e meios racionais (Weber, 1999b, p. 327).

Nessa perspectiva, a analogia entre as legitimidades racional e tradicional traduz a preocupação de Weber em identificar os elementos da dominação aristocrática (Junker) e da dominação burguesa na Alemanha. Segundo Giddens (1998, p. 42), Weber concluiu que nem a hegemonia dos Junker nem seu declínio poderiam ser explicados apenas em termos econômicos. As propriedades Junker não se limitavam à exploração econômica do campesinato, mas representavam esferas de dominação política, enraizadas em relações tradicionais de mando e subordinação. Assim,

grande parte da tensão social e intelectual do período decorreu do desequilíbrio – provavelmente temporário – entre as pretensões da burguesia, baseadas na economia, e as dos Junker, fundamentadas tanto na economia quanto no status tradicional (Ringer, 2000, p. 170).

O conceito de classe era insuficiente para explicar essas dinâmicas. Como observa Ringer (2000, p. 170), o moderno conceito de classe, centrado na estratificação econômica, era impopular na Alemanha da época, onde os critérios não-econômicos de estratificação social eram evidentes e diretamente ligados à legitimidade da elite dirigente.

O poder carismático, em relação à tradição e à burocracia, assume caráter revolucionário, invertendo valores e rompendo com normas tradicionais ou racionais. A fé no êxito do líder carismático “revoluciona os homens ‘de dentro para fora’ e procura transformar as coisas e as ordens segundo o seu querer revolucionário [...] a partir de uma metanóia central do modo de pensar dos dominados” (Weber, 1999b, p. 327-328).

Embora rompa com laços da tradição e da racionalidade, o poder carismático não é isento de organização ou hierarquia; pelo contrário, apresenta uma “forma estrutural social claramente definida, com órgãos pessoais e um aparato de serviços e bens materiais que se adaptam à missão do portador do carisma” (Weber, 1999b, p. 330). Diferentemente dos poderes tradicional e burocrático, sua base econômica não se organiza de forma ordinária ou regular: recursos são obtidos por meio de doações voluntárias, contribuições honoríficas ou espólio no caso de heróis de guerra, constituindo simultaneamente finalidade e base material da missão (Weber, 1999b, p. 325).

O carisma, portanto, “apesar de viver dentro deste mundo, não vive dele” (Weber, 1999b, p. 325). A manutenção econômica dos seguidores não ocorre por meios contratuais ou salários regulamentados, mas pela avaliação e justiça do líder, que distribui parte das doações ou saques recebidos. A participação na honra e na estima prestadas ao líder – seja no âmbito político ou religioso – constitui outro elemento fundamental da dominação carismática.

6. DEMOCRACIA PLEBISCITÁRIA: CARISMA E MODERNA LIDERANÇA DE MASSAS

No mundo moderno, o plebiscito, a aclamação e a demagogia são manifestações por excelência da dominação carismática. Elas introduzem fortes elementos emocionais na política, sobre os quais nem mesmo a argumentação mais racional pode exercer controle. A “massa”, que “só pensa até depois de amanhã”, “está sempre exposta à influência do momento meramente emocional e irracional” (Weber, 1993, p. 128). Decisões responsáveis e políticas democráticas bem-sucedidas encontram maior respaldo quanto: 1) menor for o número de participantes na decisão; e 2) mais claras forem as responsabilidades atribuídas a cada um deles e a seus liderados (Weber, 1993, p. 128-129).

O associativismo não representa a forma ideal de organização partidária, uma vez que “seus homens de confiança política” devem ser dirigentes, com poderes amplos sobre assuntos importantes (Weber, 1993, p. 77). Entretanto, em situações normais, nenhum partido pode prescindir de informar e consultar adequadamente seu público sobre decisões tomadas.

A necessidade política da estrutura partidária baseada em grupos de interesse firmemente organizados repousa sobre o mesmo fundamento. Por outro lado, a massa desorganizada – a chamada democracia das ruas – é politicamente irracional e exerce maior influência em países com parlamentos fracos ou desacreditados (Weber, 1993, p. 129).

Nas democracias de massa, o contrapeso à dominação exclusivamente carismática são os fortes vínculos terrenos que sustentam as lideranças políticas, especialmente a estrutura partidária e o papel do parlamento na seleção dessas lideranças. Se o poder supremo repousa nas mãos de um líder escolhido pelas massas, qual seria, então, a função do parlamento em uma democracia plebiscitária?

A escolha parlamentar se contrapõe à cesarista, e os princípios plebiscitários tendem a enfraquecer a influência pessoal dos dirigentes partidários e a responsabilidade dos funcionários (Weber, 1993, p. 123). Ainda assim, os parlamentos mantêm funções essenciais: negociar leis em

torno de interesses conflitantes, supervisionar funcionários de carreira, controlar a administração pública e as dotações orçamentárias, além de conduzir acordos partidários (Weber, 1993, p. 125). Para Weber (1993, p. 128), uma das funções mais importantes dos parlamentos é o recrutamento e aperfeiçoamento de líderes de massa, transformando-os em dirigentes do Estado.

A organização firme dos partidos, aliada à participação regulamentada em comitês parlamentares, garante que líderes cesaristas em potencial adaptem-se às formas legais do Estado e que não sejam escolhidos apenas por impulso emocional (Weber, 1993, p. 128). À medida que partidos se tornam organizações de massa e surgem interesses diretos sobre oportunidades e orçamento, a gestão tende a passar para especialistas, que controlam as relações com todos os membros, incluindo homens de confiança, agitadores e inspetores, bem como a documentação necessária à direção do partido. Assim, o carisma é paulatinamente sufocado pela organização partidária: “a continuidade do funcionamento dirigido por especialistas permanece taticamente superior, a longo prazo, à veneração emocional de um herói” (Weber, 1999b, p. 341).

Apesar do aparato burocrático, da demagogia associada à democracia de massas e do caráter cesarista dos líderes, nada impede que indivíduos de talento político e homens de confiança das massas exerçam efetivamente o poder (Weber, 1993, p. 128). Para Weber, o parlamento deve ser o *locus* por excelência da atividade política, atraindo lideranças dispersas na sociedade, pois toda luta parlamentar não é apenas por questões objetivas, mas também pelo poder pessoal (Weber, 1993, p. 61).

Os indivíduos com instinto político e fortes qualidades de liderança terão maior probabilidade de alcançar os postos máximos, estimulando temperamentos e talentos a se submeterem à concorrência política (Weber, 1993, p. 61).

Para além de contextos de crise institucional, Laureano (2024) observa que o carisma político também se manifesta em regimes democráticos estáveis. Para o autor, o carisma é, antes de tudo, uma relação afetiva entre líder e seguidores, fundada na percepção de qualidades extraordinárias e na identificação simbólica do grupo com o dirigente. Nessa perspectiva, a dominação carismática não se opõe necessariamente à racionalidade legal, podendo coexistir com ela e conferir legitimidade emocional a lideranças que atuam dentro dos limites institucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A TENSÃO ENTRE CARISMA E BUROCRACIA NO DESTINO DO ESTADO MODERNO

Nas democracias modernas, Weber reconhece o plebiscito como o meio mais eficaz de escolha e reconhecimento do líder máximo de uma nação. Como forma de legitimação, a escolha plebiscitária assemelha-se à aclamação cesarista, na qual as massas depositam sua fé naquele que consideram mais capaz, exigindo deles adesão em função da finalidade que justifica a escolha. Partindo da premissa de que a essência da política é a luta — não apenas por questões objetivas, mas também por poder pessoal —, Weber conclui que o melhor meio de formar políticos hábeis é submetê-los à concorrência entre si. Nesse sentido, o parlamento representa uma instância fundamental para qualificar lideranças que possuam temperamento e talento político.

Weber observa ainda que a “dominação carismática genuína desconhece disposições jurídicas, regulamentos abstratos e jurisdição ‘formal’” e se “comporta de maneira revolucionária, invertendo todos os valores e rompendo com todas as normas tradicionais ou racionais” (Weber, 1999b, p. 327). Assim, a escolha plebiscitária constitui uma forma de eleição ou aclamação que amplia as possibilidades políticas, desde que não se restrinja ao jogo burocrático e parlamentar, e quando seu fundamento seja efetivamente carismático.

Para Weber, a burocracia, a industrialização, o desencantamento do mundo e a racionalização são marcas do nosso tempo, bem como indicativos de “um futuro previsível”. A burocratização é um processo inexorável: “nos locais onde o funcionário instruído moderno se instala, seu poder torna-se realmente indestrutível” (Weber, 1993, p. 53). Sua crítica concentra-se sobretudo no Parlamento

alemão excessivamente burocratizado. Para ele, as ações políticas de um grande estadista não podem se limitar a decisões administrativas: a política é domínio da vontade e não pode ser decidida apenas em círculos burocráticos. Nesse contexto, o carisma e a eleição plebiscitária representam, para Weber, a essência da política.

Roger Laureano (2024) acrescenta que, em regimes democráticos contemporâneos, o carisma não deve ser visto como um resquício pré-moderno, mas como uma energia social de reconhecimento que compensa deficiências afetivas da burocracia. A liderança carismática não destrói a racionalidade institucional — ao contrário, a humaniza, conferindo-lhe sentido. No entanto, quando desvinculada da ética da responsabilidade, essa força simbólica pode degenerar em manipulação afetiva das massas.

A tensão entre carisma e burocracia não é apenas uma contradição estrutural da modernidade; é também o motor da renovação política. Se a dominação legal-racional tende à estabilidade e à previsibilidade, o carisma introduz ruptura e significado. Essa dialética — entre ordem e renovação, rotina e inspiração — marca o destino do Estado moderno e das democracias de massa.

Sob essa perspectiva, a dominação carismática deixa de ser um fenômeno episódico ou irracional, tornando-se uma dimensão constitutiva da legitimidade política. Nas sociedades altamente diferenciadas, em que a racionalidade técnica domina todas as esferas da vida, o carisma surge como um antídoto simbólico contra a alienação. Quando orientada por princípios éticos e não apenas emocionais, a autoridade carismática é capaz de restituir à política o elemento de vocação que Weber considerava essencial à vida pública.

REFERÊNCIAS

ENGELS, Friedrich. **As Guerras Camponesas na Alemanha**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

GIDDENS, Antony. **Sociologia, Política e Teoria Social**: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. Tradução de Cíbele Saliba Rizek. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

LAUREANO, Roger. “A dominação carismática em regimes democráticos”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 19, n.2, 2024.

LUKÁCS, Georg. **El asalto a la razón**: la trayectoria del irracionalismo desde Shelling hasta Hitler. Traducido por Wenceslao Roces. Barcelona (España): Ediciones Grijalbo, 1976.

RÊGO, Walquíria G. Domingues Leão. “*Questões sobre a noção de via prussiana*”, in: ANTUNES, Ricardo e RÊGO, Walquíria D. L. (orgs). **Lukács: um Galileu no século XX**. São Paulo: Boitempo, 1996.

RINGER, Fritz K. **O Declínio dos Mandarins Alemães**: a Comunidade Acadêmica Alemã, 1890-1933. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

WEBER, Max. “Capitalismo e sociedade rural na Alemanha”. in: WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1963.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília, DF: Editora UnB, 1999b.

WEBER, Max. “O Estado nacional e a política econômica”. In: COHN, Gabriel (org). **Weber**. Tradução de Amélia Cohn e Gabriel Cohn. São Paulo: Editora Ática, 2002. Coleção Grandes Cientistas Sociais, Volume 13.

WEBER, Max. **Parlamento e Governo na Alemanha Reordenada**: crítica política do funcionalismo e da natureza dos partidos. Tradução de Karin Bakke de Araújo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.